

1

ALUNO	AREA/ LP	PROJETO	ORIENTADOR
Kamile Moreira Castro	1/1.1	As Constituições como locus de excelência para o cruzamento entre Direito e Política. O caso das Constituições brasileiras de 196/969 e 1988.	Carina Gouvêa
Bruno Santos Cunha	1/1.1	Suprema Corte dos Estados Unidos e Suprema Tribunal Federal do Brasil: direito política e a influência da experiência norte-americana na jurisdição constitucional brasileira	Sérgio Torres
Luiz Filipe de Araújo Ribeiro	1/1.1	Estabilidades no processo civil brasileiro.	Sérgio Torres

Joaquim Lustosa Filho	1/1.2	A REFORMA TRIBUTÁRIA PREVISTA NAS PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2019 E 110/2018 NO CONTEXTO DO FEDERALISMO BRASILEIRO: a compatibilização entre a centralização das competências tributárias e a autonomia financeira dos Estados e dos Municípios.	Francisco de Queiroz
Helena Delgado Ramos Fialho	1/1.2	A ILIMITADA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO NA AUSÊNCIA DE PEDIDO DE FALÊNCIA DE SOCIEDADE LIMITADA POR ELE ADMINISTRADA.	Francisco de Queiroz
Roseli da Silva Matias	1/1.2	A (IM)POSSIBILIDADE JURÍDICA DA GESTÃO DE TRIBUTOS POR CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS: uma análise da administração tributária municipal.	Luciana Grassano
Juliana Queiroz Gontières	2/2.1	TELEMIGRAÇÃO DO TRABALHO: A DESLOCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E A DESCOLETIVIDADE RUMO À EROÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS.	Everaldo Gaspar
Nívea Maria Santos Souto Maior	2/2.1	CÓDIGO NEGRO OU AUTONOMIA: O	Hugo Melo

		LIMBO REGULATÓRIO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE TRABALHO.	
Larissa Ximenes de Castilho	2/2.1	Mulheres, trabalho e seguridade social na era da financeirização: a proteção contra riscos sociais sob uma perspectiva feminista.	Juliana Teixeira
Erick Lucena Campos Peixoto	2/2.2	PRIVACIDADE E CONSENTIMENTO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS SOBRE DADOS PESSOAIS.	Torquato Castro
Maria Carla Moutinho Nery	2/2.2	DA CONSTRUÇÃO DA VULNERABILIDADE OBJETIVA NO DIREITO CIVIL.	Silvio Romero
Marcelo Marques Cabral	2/2.2	A REPARAÇÃO CIVIL DA PERDA DE UMA CHANCE NA CATEGORIA DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS: Uma Abordagem dos Danos Extrapatrimoniais na Conjuntura Civil-Constitucional do Direito de Danos no Brasil.	Silvio Romero

Ednaldo Rodrigues de Almeida Filho	2/2.3	NOVAS FRONTEIRAS DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA: big data e poder de mercado na economia digital.	Fernando Sérgio
Samila Nunes Vianna	2/2.3	A JURISPRUDÊNCIA ARBITRAL NA ESCOLHA DA LEI APLICÁVEL: Um estudo de caso na Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.	Aurélio Boaviagem
Felipo Pereira Bona	2/2.3	CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E A CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO NO MERCOSUL: desafios no estabelecimento de uma política migratória regional comum no cenário pós-pandemia COVID-19.	Eugênia Barza
Eduarda Peixoto da Cunha França	3/3.1	DESVELANDO AS INSTITUIÇÕES INFORMAIS COMO REGRA DO JOGO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE O DIREITO À SAÚDE, EDUCAÇÃO E MORADIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO.	Flavianne Bittencourt

Douglas Santos Mezacasa	3/3.1	A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E O (RE)CONHECIMENTO DA IDENTIDADE TRANS: REFLEXOS DA OPINIÃO CONSULTIVA Nº 24/2017 NO ORDENAMENTO JURÍDICO DE PAÍSES LATINO-AMERICANOS.	Jayme Benvenuto
Ana Paula da Silva Azevedo	3/3.1	(Sankofa): a Coletiva Abayomi Juristas Negras e a reivindicação do direito à ocupação e à representatividade no sistema de justiça.	João Paulo
Felipe Guimaraes De Oliveira Souza	3/3.2	O estudo da retórica visual analítica para a “desconstrução”, na esfera jurídica, do conceito de verdade como correspondência	Pedro Parini
Carlos Frederico Vasconcellos Monteiro Rosa	3/3.2	Conciliação penal via NECRIM: uma análise sistêmica das comunicações políticas e jurídicas	Artur Stamford

Antonio Justino de Arruda Neto

3/3.2

Communitas e a immunitas: uma análise sobre decisões da CIDH como categorias biopolíticas.

Mariana Fischer